

SIGNOS RELIGIOSOS E SUA INFLUÊNCIA NA ARENA POLÍTICA

Uma análise dos discursos dominionistas de Michelle Bolsonaro durante o PL Mulher¹

Caroline Silva Ribeiro²

RESUMO

Este artigo analisa a influência de signos religiosos na arena política brasileira, com foco nos discursos dominionistas proferidos por Michelle Bolsonaro em eventos do PL Mulher. Com base na teoria construtivista das Relações Internacionais, a pesquisa parte da hipótese de que a ex-primeira-dama utiliza elementos da Teologia do Domínio e discursos messiânicos para construir uma conexão com o eleitorado cristão, especialmente feminino, visando legitimar um projeto político conservador. O estudo está estruturado em três seções: a primeira aborda o surgimento e a consolidação do neopentecostalismo no Brasil; a segunda explora a inserção dos evangélicos na política e a ascensão do bolsonarismo como expressão da Teologia do Domínio; e a terceira realiza uma análise discursiva dos pronunciamentos de Michelle Bolsonaro em eventos públicos. A metodologia adotada é qualitativa, com análise de discurso e revisão bibliográfica. Os resultados indicam que os discursos da ex-primeira-dama reforçam uma identidade nacional cristã e conservadora, contribuindo para a evangelização da política e para a legitimação de normas patriarcais, especialmente por meio da mobilização do público feminino. A pesquisa revela o uso estratégico da retórica religiosa como ferramenta de persuasão e mobilização política, destacando os riscos à laicidade do Estado e à diversidade democrática.

Palavras-chave: Neopentecostalismo; política brasileira; Michelle Bolsonaro; Teologia do Domínio; discurso religioso

ABSTRACT

This article analyzes the influence of religious symbols in the Brazilian political arena, focusing on the dominionist speeches given by Michelle Bolsonaro at events organized by the PL Mulher party. Based on the constructivist theory of International Relations, the research is based on the hypothesis that the former first lady uses elements of Dominion Theology and messianic speeches to build a connection with the Christian electorate, especially female voters, aiming to legitimize a conservative political project. The study is structured in three sections: the first addresses the emergence and consolidation of neo-pentecostalism in Brazil; the second explores the insertion of evangelicals in politics and the rise of Bolsonaroism as an expression of Dominion Theology; and the third conducts a discursive analysis of Michelle Bolsonaro's speeches at public events. The methodology adopted is qualitative, with discourse analysis and bibliographic review. The results indicate that the former first lady's speeches reinforce a Christian and conservative national identity, contributing to the evangelization of politics and the legitimization of patriarchal norms, especially through the mobilization of female audiences. The research reveals the strategic use of religious rhetoric as a tool of

¹ Artigo Científico apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação da Prof^a. Dra. Lara Martim Rodrigues Selis.

² Graduanda de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

persuasion and political mobilization, highlighting the risks to the secularity of the State and democratic diversity.

Keywords: Neo-pentecostalism; brazilian politics; Michelle Bolsonaro; Dominion Theology; religious discourse

1. Introdução

Desde o século XV, a relação entre o Estado e a religião esteve intrinsecamente entrelaçada, uma vez que a Igreja, especialmente naquele contexto, desempenhava um papel fundamental na legitimação do poder da nobreza sobre a população. No entanto, essa configuração não permaneceu estável ao longo do tempo, sofrendo modificações devido aos diferentes períodos históricos e aos contextos socioculturais de cada nação. Assim, essa relação pôde se manifestar de diferentes formas, ora de maneira associada e interativa, ora de forma tensionada e dissociada.

No Brasil, o processo de secularização sempre encontrou desafios em razão de uma sociedade profundamente influenciada, desde suas origens, pela cultura cristã. Ainda assim, a promulgação da Constituição de 1988 representou um marco na modernização do país e na tentativa de estabelecer uma separação mais nítida entre o Estado e a Igreja. No entanto, as últimas décadas do século XX têm sido marcadas por uma reconfiguração dessa dinâmica, com setores religiosos – tanto católicos quanto evangélicos – demonstrando um interesse crescente pela ocupação da esfera pública e pelo exercício da influência política. Esse movimento se deve, em grande parte, à ascensão de novas interpretações teológicas, como aquelas associadas ao neopentecostalismo, que redefinem a atuação das igrejas e incentivam sua participação ativa nos debates e nas decisões políticas do país. Dessa forma, observa-se um cenário no qual a separação entre religião e Estado se torna cada vez mais desafiadora, evidenciando a complexidade da relação entre fé, política e poder na sociedade brasileira contemporânea.

Atualmente, observa-se uma crescente inserção de evangélicos no cenário político, respaldada por discursos predominantemente dominionistas que enfatizam a suposta "urgência" da evangelização da política brasileira por meio da atuação de indivíduos cristãos. Essa concepção, amplamente defendida por evangélicos, em sua maioria neopentecostais, fundamenta-se na crença de que o Estado de Direito — definido pela regência da Constituição e das leis, cuja observância deve ser assegurada por todos os cidadãos, independentemente do cargo político que ocupam — deve estar subordinado às leis divinas. Esse contexto ganhou força e adquiriu maior expressão, especialmente em 2018, com a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil. Daquele momento em diante, inaugurou-se um novo ciclo político que

transformou significativamente as bases das relações entre Estado, religião e sociedade, modificando a identidade nacional do Brasil.

Essa transformação da identidade nacional brasileira pode ser analisada à luz da teoria construtivista das Relações Internacionais. Segundo Alexander Wendt (1999), um dos principais teóricos do construtivismo, a identidade nacional de um Estado é um elemento dinâmico, socialmente construído e moldado por uma combinação de fatores internos – como movimentos políticos, cultura e economia – e externos – como alianças, conflitos e globalização. Ainda de acordo com Wendt (1999), é a partir da identidade nacional que o Estado formula seus interesses, os quais, por sua vez, orientam sua atuação em diferentes âmbitos da sociedade. Dessa perspectiva, torna-se evidente a relevância das construções sociais na formação das identidades estatais, as quais influenciam suas ações e interações no cenário internacional.

No caso do Brasil, observa-se uma mudança significativa e acelerada em sua identidade nacional ao longo das últimas décadas. Esse processo, entretanto, não se deve exclusivamente à ação do Estado nem à imigração, mas, sobretudo, a um movimento de conversão religioso e cultural que emergiu das bases da sociedade, especialmente entre os segmentos socialmente menos favorecidos. Esse fenômeno resultou em uma transformação profunda na configuração identitária do país, com repercussões amplas tanto no contexto interno quanto no cenário global. A partir dessa nova fase, tornou-se frequente que candidatos e políticos de todos os níveis governamentais utilizem discursos messiânicos e de tom pregatório para se promover diante do público cristão, como exemplificado pela atual presidente do PL Mulher, Michelle Bolsonaro. Em suas falas e apresentações, seus discursos estão imersos em signos religiosos, os quais, além de permitir uma conexão mais estreita com o público feminino, incitam e inspiram seus ouvintes a acreditar que o Estado Civil deve estar orientado pela fé.

Nesse contexto, considerando a multiplicação de políticos evangélicos e de discursos político-dominionistas, assim como o crescente apoio da população cristã a candidaturas de figuras proeminentes dessa mesma parcela da sociedade, e à luz da expectativa em relação a uma possível candidatura de Michelle Bolsonaro ao Senado nas eleições de 2026, o presente trabalho se propõe a responder os seguintes problemas de pesquisa: (1) Como os signos religiosos passaram a ser mobilizados na esfera política do Brasil contemporâneo?; (2) Como Michelle Bolsonaro utiliza signos religiosos para estabelecer uma conexão com o público, especialmente com as mulheres, no meio político?

Têm-se como hipótese neste trabalho, que a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, ao empregar apelos religiosos, como passagens bíblicas, e incorporar a teologia do domínio em seus discursos, busca promover a produção de consenso, legitimidade e adesão coletiva ao seu projeto político conservador, através da crença majoritária e ao se equiparar ao ideal imaginário de Deus e seus seguidores bíblicos, presente na população que a escuta.

Assim, com o intuito de comprovar esta hipótese, o trabalho foi estruturado em três seções. A primeira, de caráter eminentemente histórico, visa explicar a origem do neopentecostalismo brasileiro, por meio da apresentação dos fatores internos e externos que contribuíram para a formação e disseminação da corrente pentecostal. Os aspectos externos são abordados desde a gênese e evolução da direita cristã norte-americana, passando por sua chegada ao Brasil e pelo avanço das três ondas do movimento pentecostal. Já os aspectos internos são apresentados a partir da transformação no pensamento pentecostal – a ideia de que os cristãos deveriam preparar a Terra para a volta de Cristo –, finalizando com a explicação dos três pilares principais que sustentam o neopentecostalismo.

Na segunda seção, busca-se analisar o processo de inserção dos evangélicos no cenário político brasileiro, apresentando dados que evidenciam o crescente engajamento dos cristãos na política. Além disso, será discutido como esse aumento do eleitorado evangélico e da presença de políticos evangélicos no governo tem resultado em um maior apoio a pautas conservadoras. A seção é concluída com a explanação de como as atitudes e discursos proferidos por Jair Bolsonaro possibilitaram sua aliança com o eleitorado evangélico, fator decisivo para sua ascensão à presidência do Brasil.

Por fim, na última seção, foram analisados os discursos proferidos por Michelle Bolsonaro, presentes em dois vídeos disponíveis no *YouTube*, ambos ocorrendo durante eventos do PL Mulher. Para a elaboração desta seção, foram utilizados os seguintes vídeos: *Michelle Bolsonaro discursa em encontro do PL Mulher no Rio*, disponível no canal Poder360 (2023), e *Encontro do PL Mulher na Bahia*, disponível no canal Partido Liberal (2024).

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho foi de natureza qualitativa, centrada na revisão bibliográfica e fundamentada na análise de discurso. Inicialmente, foi realizada uma investigação teórica a partir de autores especializados nas áreas de religião e política, com o objetivo de construir um referencial conceitual robusto sobre o neopentecostalismo e sua inserção na esfera política. Em seguida, foram selecionados e analisados dois discursos públicos de Michelle Bolsonaro em eventos do PL Mulher, disponíveis no *YouTube*, selecionados a partir da busca por afirmações de caráter

dominionista como “Deus nos escolheu” e asserções acerca de uma guerra espiritual. Essas abordagens foram escolhidas por permitirem uma interpretação e compreensão da articulação entre religião, gênero e poder no contexto político contemporâneo brasileiro. As principais fontes de pesquisa utilizadas foram artigos científicos, censos, livros e entrevistas, os quais contribuíram para a construção do arcabouço teórico apresentado ao longo do trabalho.

Destaca-se, ainda, a utilização do texto *Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana*, de José Luís Pérez Guadalupe (2020), ex-ministro do interior do Peru, por ser uma obra que oferece clareza, debate e um contexto histórico aprofundado acerca da origem e evolução da corrente neopentecostal latino-americana, além de sua trajetória ao longo do tempo. O artigo também se apoia em referências a obras de Paul Freston (2020; 2024), sociólogo especializado em religião e política, Ricardo Mariano (2010; 2020), sociólogo da área de religião, entre outros especialistas no campo da relação entre Estado e fé.

2. O (neo)pentecostalismo brasileiro

A crescente influência de grupos religiosos no âmbito político e social é um fenômeno perceptível em todo o Brasil, manifestando-se por meio de mídias, discursos emocionantes em eventos eleitorais, bem como pela relevância progressiva nas pesquisas de opinião e na presença de representantes em diversos níveis sociais. Contudo, a participação de agentes religiosos – sobretudo evangélicos – na arena política não é um evento recente, tendo suas raízes na década de 1980, quando a Igreja Católica começou a perder seu protagonismo social e os grupos protestantes, especialmente os de origem pentecostal e (neo)pentecostal, passaram a crescer de forma exponencial no país. Com o tempo, esses grupos evangélicos transformaram suas perspectivas e, consequentemente, suas atuações no cenário político, tornando-se mais ativos e influentes nos debates e nas definições das agendas governamentais. Dessa forma, essa mudança significativa de pensamento ocorreu em decorrência de fatores externos e de fatores internos (Guadalupe, 2020).

No meio externo, houve a influência sofrida pelo pentecostalismo estadunidense. Nos Estados Unidos (EUA), a ideia de que a direita cristã tem impactado as ambições políticas dos evangélicos latino-americanos é amplamente reconhecida (Boas, 2020). O movimento pentecostal emergiu nos EUA no início do século XX, caracterizado por um viés carismático e por intensas disputas internas. Em 1970, após mais uma derrota eleitoral, o Partido Republicano decidiu expandir sua base de eleitores, formulando uma estratégia para se apresentar como um defensor cristão e promotor de valores tradicionais, o que levou à criação da direita cristã (Theocracy Watch, 2005). Segundo Pereira (2023), a década de 1970

representou uma fase preparatória para a busca do eleitorado evangélico, sendo marcada pela fundação de diversas *think tanks* — organizações voltadas à produção de conhecimento político — que apoiavam essa estratégia. Entre as instituições criadas, destacam-se: o *Committee for the Survival of a Free Congress* (CSFC), fundado em 1974 por Paul Weyrich, que visava recrutar e treinar ativistas conservadores e formar candidatos; o *I Love America*, criado em 1976 por Jerry Falwell, que foi uma campanha utilizada principalmente para justificar a participação de religiosos na política; e a *American Vision* (AV), fundada por Steve Schiffman em 1978, com o propósito de capacitar os cristãos para exercer domínio sobre todos os aspectos da vida, de modo a assegurar que todos os aspectos da vida estivessem alinhados com os preceitos bíblicos (Pereira, 2023).

Já em 1980, os resultados dessa estratégia tornaram-se evidentes com a eleição de Ronald Reagan, que contou com o apoio decisivo dos evangélicos, enquanto a direita cristã consolidou sua maioria no Senado, garantindo respaldo às políticas do candidato eleito à presidência (Pereira, 2023). Desde então, os discursos políticos-religiosos proliferaram, evidenciando o estabelecimento dos evangélicos na política norte-americana, especialmente em 1992, quando as pautas religiosas dominaram os debates. Contudo, foi com a eleição de Donald Trump, em 2017, que a relação entre políticos e evangélicos alcançou uma expressão mais significativa. Durante a campanha eleitoral, os evangélicos manifestaram seu apoio a Trump, que, após sua candidatura, defendeu ideias e valores conservadores, como a abertura da embaixada dos EUA em Jerusalém.

Dessa forma é possível afirmar que o pensamento pentecostal chegou às terras brasileiras ainda entre os séculos XIX e XX, através de missionários protestantes norte-americanos que realizaram incursões evangélicas (Guadalupe, 2020). Nesse contexto, parte da literatura defende, sob uma divisão metodológica, que o pentecostalismo passou por três ondas após sua chegada, das quais resultaram numa ramificação do movimento estadunidense: o pensamento neopentecostal (Oro; Tadvall, 2019). A primeira onda, denominada pentecostalismo clássico, ocorreu durante as quatro primeiras décadas do século XX e foi marcada pela fundação de igrejas pentecostais por missionários norte-americanos e europeus familiarizados com a doutrina dos Estados Unidos. Entre essas igrejas, destacam-se a Congregação Cristã no Brasil, fundada em 1910, e a Assembleia de Deus, fundada em 1911, ambas enfatizando o batismo no Espírito Santo, com a glossolalia — capacidade de falar em línguas desconhecidas em estado de transe religioso — ganhando grande relevância durante os rituais (Alencar, 2022).

A segunda onda, ou pentecostalismo de transição, ocorreu entre 1950 e 1970 e é caracterizada por um aumento na evidência de curas divinas e milagres, com a glossolalia perdendo importância e os exorcismos ganhando visibilidade midiática (Alencar, 2022). É nesse período também que surgem igrejas de dominância nacional, como a Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo, fundada em 1955, ao lado da continuidade de templos estabelecidos por missionários norte-americanos, como a Igreja do Evangelho Quadrangular, fundada em 1951, ambas se destacando pela sua presença na mídia (Alencar, 2022). Além disso, é nessa fase que se estabelecem as evangelizações através das redes de rádios e canais de televisão, como a TV Record (Oro; Tadvald, 2019).

Por fim, a terceira onda, ou (neo)pentecostalismo, começa a se organizar formalmente em 1970 e ganha força na década de 1980, com a fundação de instituições como a Igreja Universal do Reino de Deus em 1977 - fundada por Edir Macedo - e a Igreja Renascer em Cristo em 1986 (Alencar, 2022). Nesse novo momento, observa-se um afastamento de algumas tradições que permearam nas ondas anteriores, resultando em um movimento neopentecostal que busca ser menos rígido, tanto internamente quanto em relação ao mundo externo, defendendo que este deve ser conquistado e desfrutado, pois seus adeptos se consideram os escolhidos do próprio Cristo (Guadalupe, 2020). Por outro lado, as igrejas passam a se organizar internamente e a ser geridas num modelo similar ao empresarial (Oro; Tadvald, 2019; Guadalupe, 2020).

Em nível interno, o movimento evangélico havia alcançado uma maturidade em toda a América Latina, o que gerou a necessidade de contribuir para a sociedade como cidadãos efetivos. Além disso, com o colapso do comunismo em 1989, os protestantes perderam um de seus principais adversários ideológicos. Até então, o conservadorismo evangélico havia adotado uma visão maniqueísta - entendimento de que o mundo é dividido entre bem e mal -, na qual o comunismo era interpretado como uma manifestação diabólica, enquanto o capitalismo norte-americano era concebido como algo divino. Com o fim desse antagonismo ideológico, a política passou a ser encarada como um meio legítimo de evangelização, direcionando-se, posteriormente, a indivíduos com maior influência social.

Corroborando com essa mudança, a concepção evangélica sobre a vinda de Cristo também se transformou. No começo dos anos 80, ensinava-se que a vinda de Cristo era iminente e que a permanência na Terra era temporária, o que tornava irrelevante o envolvimento em questões “mundanas”, como a política (Guadalupe, 2020). Contudo, o ensinamento muda a partir do final dessa mesma década, quando a esfera neopentecostal passa a afirmar que, com a chegada de Deus, a Terra se tornará o novo céu e, por isso, é

necessário que ela seja conquistada, evangelizada e preparada para seu regresso (Algranti, 2010 *apud* Guadalupe, 2020), isto é, os cristãos deveriam se atentar em transformar a Terra no novo reino de Deus, atuando como uma “intervenção divina”.

Sendo assim, em 1986, esses grupos religiosos começaram a reverter sua postura em relação ao envolvimento evangélico na política, transformando a expressão “o fiel não entra na política” em “irmão vota em irmão” (Freston, 1991 *apud* Guadalupe; Carranza, 2020). Esse novo impulso para a participação nas disputas políticas teve como principais motivações a garantia da liberdade religiosa e a busca por uma “igualdade religiosa” frente aos privilégios que a Igreja Católica detinha (Guadalupe, 2020). Além disso, o autor afirma que, atualmente, os evangélicos identificam como seu principal inimigo a “ideologia de gênero” e consideram o catolicismo como seu aliado na busca por um país cristão, até em suas leis.

Essa mudança de comportamento foi viabilizada e reforçada pelo contexto social e político da época, caracterizado pelo aumento da população evangélica, crises ideológicas e partidárias, o fim da ditadura militar no Brasil e o avanço das igrejas evangélicas, não apenas nas áreas urbanas, mas também nas classes média e alta. Assim, segundo Beltrán (2013, online), “esta nova atitude dos pentecostais pode se expressar como a transição da ‘greve social’ para a ‘teologia da prosperidade’”, defendendo que Deus reserva sucesso para todos os aspectos da vida do cristão e promovendo o envolvimento com os recursos deste mundo.

Apesar das transformações ocorridas durante as três ondas, é importante ressaltar que o movimento neopentecostal brasileiro ainda preserva algumas heranças de suas raízes estadunidenses, como a Teologia da Prosperidade, a Teologia da Guerra Espiritual e a Teologia do Domínio. A principal característica do pensamento neopentecostal é a Teologia da Prosperidade, que afirma que Deus garante a seus filhos o sucesso financeiro e uma boa saúde. De acordo com Oro e Tadvall (2019, p. 57, tradução nossa)³,

A teologia da prosperidade sustenta que Deus criou seus filhos para serem prósperos e obter a felicidade integral neste mundo. Em outras palavras, Deus quer distribuir riqueza, saúde, e felicidade entre aqueles que O temem. A garantia da prosperidade terrena, sem dúvida, depende da fé, traduzida em ações, doações e ofertas financeiras, e também existe uma relação entre a magnitude da fé e as oferendas.

Consoante ao pensamento anterior, a Teologia da Guerra Espiritual também constitui uma parte da reformulação do pensamento neopentecostal em relação ao mundo (Guadalupe,

³ Do original: “La «teología de la prosperidad» sostiene que Dios creó a sus hijos para ser prósperos y obtener la felicidad integral en este mundo. En otras palabras, Dios quiere distribuir riqueza, salud y felicidad entre aquellos que le temen. La garantía de la prosperidad terrenal, sin embargo, depende de la fe, traducida en acciones, donaciones y ofrendas financieras, e incluso hay una relación entre la magnitud de la fe y las ofrendas”.

2020). Essa teologia sustenta que o mundo é um eterno campo de batalha dividido entre as forças do bem - Deus - e do mal - diabo (Oro; Tadvald, 2019). De acordo com os autores, para os adeptos dessa visão, o mal é o responsável direto pelas mazelas e infortúnios enfrentados pelos fiéis e se manifesta em suas vidas através de possessões tão intensas que somente exorcismos e cultos de libertação são capazes de expulsar essas influências demoníacas. Ainda, os neopentecostais acreditam que há uma expansão desse domínio demoníaco para todas as esferas sociais, em especial a governamental, ou seja, acreditam na demonização do meio público (Guadalupe, 2020) e a consequente necessidade de inserção da igreja evangélica nos espaços de poder do país, visto que ela é essencial para o sucesso da catequização das outras áreas sociais.

Por conseguinte, a Teologia do Domínio, ou Dominionismo, originada entre evangélicos neopentecostais latino-americanos, sustenta que os cristãos possuem um chamado divino para exercer domínio sobre o mundo. Dessa forma, o Dominionismo enuncia que o Reino de Deus se erguerá no momento em que os cristãos alcançarem todos os espaços da sociedade. Para Cunha M. (2020, p. 18), essa teologia apoia

a busca da da reconstrução da teocracia na sociedade contemporânea, no cumprimento da predestinação dos cristãos/ãs ocuparem postos de comando no mundo (presidências, ministérios, parlamentos, lideranças de estados, províncias, municípios, supremas cortes) – o domínio religioso cristão – para incidirem na vida pública.

Além disso, há um entendimento fundamentado em uma interpretação específica das Escrituras, particularmente na passagem do livro de Gênesis 1:26-28, na qual Deus, ao criar o mundo, ordena ao homem que exerça domínio sobre tudo o que se move sobre a Terra. Sob essa perspectiva, líderes religiosos incorporam em seus discursos a ideia de que a atuação na esfera política configura uma missão divina atribuída por Deus (Da Cunha, 2024). No entanto, tais discursos são moldados de acordo com os interesses institucionais e as necessidades eclesiásticas (Da Cunha, 2024). Ademais, os neopentecostais utilizam a Teologia do Domínio como um mecanismo de legitimação teológica, fundamentando a busca pelo poder sob o argumento de uma suposta superioridade moral evangélica e da necessidade de subordinar o sistema legal do Estado às leis bíblicas (Guadalupe, 2020).

Com base na análise realizada, embora seja inegável que o modelo neopentecostal brasileiro tenha absorvido influências do pentecostalismo dos Estados Unidos, é fundamental reconhecer que as megaigrejas nacionais conquistaram uma autonomia significativa em relação a essa conexão externa. Além disso, as igrejas independentes, fundadas em território

brasileiro, emergem como as mais proeminentes e influentes no cenário nacional e internacional, moldando a dinâmica religiosa e social do país de maneira única e assertiva. Da mesma maneira, no âmbito político, as igrejas evangélicas nacionais também seguiram um caminho diferente das suas matrizes norte-americanas, como defende Paul Freston ao afirmar

Quando a imprensa e os acadêmicos começaram a notar a presença dos pentecostais na política, houve algumas interpretações sobre ser cópia dos Estados Unidos, que já tinha a direita cristã, e a ideia de que isso estava surgindo no Brasil, incentivado por esse modelo. Mas eu sempre achei que correspondia muito mais às peculiaridades do sistema eleitoral brasileiro. Porque você tem o crescimento pentecostal em muitos países do mundo (...). Mas só no Brasil você tem esses fenômenos de bancadas nos Congressos (Freston entrevista concedida à Adriana Dip, 2015).

3. A evangelização da política nacional

É notório que, ao longo dos anos, com a evolução do pensamento evangélico, especialmente sob a influência dos neopentecostais e sua concepção de serem a "intervenção de Deus na Terra", a presença de protestantes em esferas de poder cresceu exponencialmente, abrangendo tribunais, prefeituras, governos federais e estaduais, e até mesmo a direção de Ministérios. Atualmente, durante o período eleitoral, é comum a veiculação de propagandas de candidatos que se autodenominam pastores, padres ou missionários, concorrendo a cargos públicos sob o argumento de representarem valores divinos. Fundamentados na Teologia do Domínio, que preconiza a necessidade de tomar e ocupar espaços públicos, observa-se a disseminação da doutrina neopentecostal tanto na paisagem urbana quanto nos meios de comunicação, evidenciada pela proliferação de megaigrejas em diversas regiões do país, cuja quantidade praticamente dobrou na última década, além das frequentes transmissões de programas religiosos em emissoras de rádio e televisão e da atuação expressiva de personalidades evangélicas nas mídias sociais (Caniato; Silva; Dall'Agnol, 2024). Complementarmente, as igrejas evangélicas expandiram seus impérios midiáticos para além dos canais tradicionais, abrangendo jornais, editoras e gravadoras gospel, com o objetivo de manter um contato contínuo com o público. Um exemplo notável é a Igreja Universal do Reino de Deus, que além de deter o controle da Record, a segunda maior emissora de televisão aberta do país, administra o canal religioso TV Universal, publica o jornal *Folha Universal*, além de gerir a Rede Aleluia de rádios e comandar a gravadora *Line Records*, responsável por lançar importantes nomes da música cristã contemporânea (Casarões, 2020).

Outro indicativo relevante do impacto da disseminação da fé evangélica na sociedade brasileira é o expressivo crescimento da proporção de seguidores dessa religião ao longo das últimas décadas. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), na década de 1990, os evangélicos representavam 9% da população brasileira. Esse percentual aumentou para 15,4% em 2000 e, em 2010, atingiu 22,2%, demonstrando um crescimento superior ao dobro em apenas 20 anos. Continuamente, embora os dados do IBGE referentes ao ano de 2022 ainda não tenham sido divulgados, uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Datafolha em 2020 estimou que 31% da população brasileira se declarava evangélica. Da mesma forma, diante desse crescimento exponencial, a *Mar asset management* (2025) projetou, com base em cálculos fundamentados nos dados do IBGE, que, até 2026, a população evangélica corresponderá a aproximadamente 36% dos brasileiros. Ademais, a importância desse grupo religioso é ainda mais notável entre a população jovem brasileira. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de pesquisa IPSOS (2023), *Global Religion*, os evangélicos já constituem a maioria entre os brasileiros com até 30 anos. Esses números evidenciam uma transição religiosa gradativa no contexto social brasileiro, que influencia a cultura e as percepções da sociedade e, consequentemente, se refletem na política nacional por meio de seu poder de mobilização e influência no eleitorado, visto que o crescimento expressivo dessa parcela da sociedade fortalece as bases de apoio político de lideranças evangélicas.

Nesse sentido, é possível afirmar que a autoridade das igrejas evangélicas tem se consolidado na arena política por meio da conversão do número de fiéis em uma base de eleitores e candidatos fortes. Como dito na seção anterior, esse processo se iniciou a partir da década de 1980, quando uma mudança no governo - o fim do regime militar - permitiu a entrada de novos agentes no campo político. Nesse momento, os líderes neopentecostais iniciaram um projeto estratégico de eleição de representantes próprios para o Poder Legislativo, com o objetivo de assegurar que seus princípios e ideais fossem efetivamente defendidos. Sob essa perspectiva, a partir de 1986, por exemplo, a Igreja Assembleia de Deus passou a se organizar de forma mais sistemática, buscando eleger candidatos oficiais em cada estado (Dip, 2015). Para isso, as igrejas passaram a apresentar os candidatos diretamente aos fiéis, incentivando o voto nesses representantes e fortalecendo assim o vínculo entre a religião e o governo. Ainda naquele ano, a campanha promovida pelas igrejas evangélicas resultou na eleição de 33 deputados federais, dos quais 14 eram oriundos de igrejas evangélicas históricas — ou seja, igrejas protestantes fundadas antes dos séculos XVIII e XIX — e 19 eram representantes de igrejas pentecostais (Oro; Tadvald, 2019).

Desde então, o número de parlamentares vinculados a essas instituições têm crescido de forma significativa. Nas eleições de 2010, as igrejas evangélicas conseguiram eleger 43 deputados, sendo a maioria pastores. Esse número aumentou para 68 congressistas eleitos em

2014 e chegou a 75 parlamentares em 2018 (Oro; Tadvald, 2019). Essa capacidade de conversão do poder religioso em poder político permanece evidente no contexto atual, sustentada pelo propósito comum das igrejas evangélicas de promover a disseminação da moral cristã no espaço político e de transformar o Brasil em uma nação guiada pelos preceitos divinos (Guadalupe; 2020). Nesse sentido, conforme destacado por Paul Freston em uma exposição na 5ª edição da Ecclesicom (Conferência Brasileira de Comunicação Eclesial) as igrejas utilizam os deputados eleitos não apenas para obter benefícios estatais de interesse próprio, mas também para o fortalecimento institucional de suas denominações.

Dessa maneira, a seleção dos candidatos que representarão as igrejas nas eleições configura-se como um processo de extrema relevância. Isso ocorre porque, além de professarem a fé evangélica, esses indivíduos devem possuir o chamado poder carismático, caracterizado como uma autoridade baseada na devoção afetiva por parte de seus liderados e sustentada pela fé transmitida pelo “profeta”. A importância desse atributo foi destacada pelo pastor Caio Fábio, em entrevista concedida à jornalista Andrea Dip (2015, n.p), na qual ele ressalta:

A maioria dos políticos que temos hoje foi produzida em berço pentecostal. Portanto, eles nascem do único poder que habita esse ambiente que é o do carisma pessoal. E esse carisma não tem absolutamente nada a ver com inteligência, instrução ou cultura. Por carisma entende-se a capacidade de comunicação popular intensa, tanto mais poderosa quanto menos escrupulosa seja. São em geral pastores, bispos e apóstolos. A Universal é um caso à parte, assim como as igrejas neopentecostais, (...) porque o projeto político lá é totalitário, vem do Macedo a determinação de quem é e quem não é.

Conforme descrito no livro *Em Nome de Quem?* de Andrea Dip (2018), o processo de apresentação de possíveis candidatos a cargos políticos inicia-se com jantares organizados para os funcionários dos templos. Posteriormente, são promovidos eventos direcionados às classes média e alta, com a venda de ingressos, visando apoiar a pré-candidatura desses indivíduos.

Outra característica marcante da evangelização política é a forte presença de estadistas protestantes em partidos que integram o que se convencionou chamar de Centrão. Entre as siglas mais representativas desse grupo, destacam-se o Partido Social Democrático (PSD), os Republicanos, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), os Progressistas (PP), o União Brasil e o Partido Liberal (PL). O Centrão é amplamente conhecido por seu posicionamento conservador e por sua característica governista, ou seja, tende a apoiar todos os governos eleitos, independentemente de sua orientação ideológica. Além disso, é comumente descrito como um bloco fisiológico, pois prioriza interesses próprios e estratégicos em detrimento de questões de ordem pública, eleitoral ou mesmo ideológica (Costanzo, 2024).

Assim sendo, através das articulações exercidas pelo crescente número de líderes evangélicos em mandato eletivo, houve em 2003 a criação formal da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (FPE) - também conhecida como Bancada Evangélica -, composta por deputados federais e senadores de diferentes partidos que compartilhavam do mesmo segmento religioso, ou mesmo que tinham afinidade com a área de atuação da Frente (Equipe Religião e Poder, 2024). De acordo com o requerimento enviado ao presidente da Câmara dos Deputados, em abril de 2019, a FPE na posição de representante do povo evangélico brasileiro, tem por finalidade fiscalizar os programas e políticas governamentais que abarcam a proteção da vida humana e da família, promover a defesa dos interesses evangélicos, assegurar os direitos do povo cristão e de sua representatividade e articular politicamente as bandeiras da religião. Atualmente, a FPE conta com 246 integrantes listados no *site* da Câmara dos Deputados, dos quais 220 são deputados e 26 são senadores, que atuam através de uma mescla de religião e política até mesmo em sua diretoria, visto que o atual presidente Eli Borges, é deputado federal e pastor da igreja Assembleia de Deus (Equipe Religião e Poder, 2024). Ainda, a Frente Parlamentar Evangélica constitui uma das três frentes parlamentares mais influentes do Congresso da atualidade devido a sua postura beligerante e alianças com outros segmentos conservadores, sendo capaz de barganhar com o governo, emplacar projetos legislativos reacionários e embargar pautas favoráveis ao seu “inimigo”, a ideologia de gênero (Machado, 2017).

Dessa forma, com o passar dos anos observou-se o fortalecimento de uma Frente Parlamentar suprapartidária - que transcende filiações partidárias - e que, por isso, amplia sua capacidade de adesão na Câmara dos Deputados, especialmente no que tange à formulação de políticas públicas voltadas à moral e aos costumes. Entre os temas frequentemente abordados pela Bancada destacam-se o aborto, a eutanásia, as drogas, os projetos contrários aos direitos da comunidade LGBTQIA+ e, sobretudo, a defesa da “família tradicional”, compreendida por eles como a união entre homem, mulher e filhos. Nesse contexto, a politização dessas pautas — ou, ao menos, a tentativa de politizá-las — têm sido conduzida pelas lideranças políticas evangélicas, as quais fundamentam suas ações na Teologia da Guerra Espiritual. Tal doutrina é utilizada como justificativa para travar uma espécie de "guerra cultural" contra os setores progressistas, considerados por essas lideranças como o mal responsável pelo declínio da moralidade no país e pelo isolamento social da comunidade evangélica (Casarões, 2020).

Além disso, a FPE demonstra veementemente a defesa de seus próprios privilégios, como a isenção de tarifas tributárias, fato que tem suscitado críticas relativas à possibilidade de líderes religiosos utilizarem suas igrejas para fins de sonegação fiscal. Ademais, a Frente

tem se articulado estrategicamente com outras bancadas, principalmente a bancada ruralista e a bancada de segurança pública, com o objetivo de exercer uma influência mais significativa sobre pautas de interesse comum. Um exemplo desse alinhamento é a atuação conjunta na pressão por mudanças na Fundação Nacional do Índio (Funai), especialmente no que se refere aos impactos causados pelos cortes de recursos na instituição.

Portanto, é inegável a capacidade desenvolvida por grupos evangélicos de influenciar o poder de decisão do eleitorado, impactando, conseqüentemente, nos resultados eleitorais. De maneira análoga, esses grupos demonstram habilidade em inspirar e induzir transformações em políticas públicas, valendo-se de discursos fundamentados em preceitos bíblicos. Ademais, conforme salientam autores como Ricardo Mariano (2010) e Paul Freston (2020), embora o apoio do segmento evangélico não constitua um fator determinante e absoluto para a eleição de candidatos, sua relevância nas disputas eleitorais é notória. Tal constatação torna-se evidente no contexto das eleições presidenciais de 2018, quando o então candidato Jair Messias Bolsonaro adotou uma retórica que se aproximava do discurso dominionista, visando estreitar laços com lideranças evangélicas e, assim, assegurar seu apoio durante a campanha.

Conforme evidenciado por Wendt (1999) na teoria construtivista, a identidade nacional é uma construção social que molda as preferências estatais e orienta as ações de um país diante da sociedade. Além disso, o autor afirma que as estruturas sociais são baseadas nas ideias compartilhadas, ou seja, são as ideias comuns que determinam as identidades. Nesse contexto, ao observarmos o expressivo crescimento da população evangélica e sua crescente inserção na política brasileira, bem como o alastramento das suas percepções, é possível identificar uma transformação gradual na identidade nacional do país. Essa mudança reflete um ajuste no tom político e social, que tem se tornado progressivamente mais conservador, sustentado por princípios bíblicos.

Adicionalmente, a influência dessa identidade nacional se estende para o cenário internacional, manifestando-se na aproximação do Brasil com os Estados Unidos, um país que possui uma significativa presença de indivíduos com valores conservadores e uma trajetória histórica marcada pelo evangelicalismo. Internamente, assiste-se também à ascensão da extrema direita, que se caracteriza pelo nacionalismo, patriotismo, conservadorismo social e autoritarismo. Esses aspectos foram amplamente representados por Jair Bolsonaro que, ao obter expressiva adesão do eleitorado evangélico, alcançou quase dois terços dos votos desse segmento no segundo turno, o que contribuiu de maneira decisiva para sua vitória nas eleições presidenciais, como veremos a seguir.

3.1. Bolsonarismo como sinônimo da Teologia do Domínio

De acordo com Paul Freston (2024), a principal forma de aproximação aos pentecostais ocorre por meio do discurso. Segundo o autor (2024, n.p), “O argumento *ad hominem* é quando você leva em conta onde a outra pessoa está. O posicionamento dela, a linguagem que ela está acostumada a ouvir”, ou seja, o locutor adapta sua retórica para alcançar e atrair seu público. Nesse contexto, durante as preparações para a campanha eleitoral de 2018, Jair Messias Bolsonaro, que inicialmente direcionava seu discurso a um público não alinhado ao segmento pentecostal, reconheceu a expressiva força política e o potencial de convergência do eleitorado evangélico. Diante dessa constatação estratégica, Bolsonaro promoveu um realinhamento em suas declarações, redirecionando seu foco para os cristãos, especialmente os evangélicos. A partir desse momento, passou a recorrer a simbolismos bíblicos e a utilizar elementos de seu círculo de convivência para construir a imagem de um crente fervoroso, mesmo sem se identificar formalmente como evangélico. Essa estratégia tornou-se evidente tanto pela participação ativa de sua família - esposa e filhos, declaradamente evangélicos - em eventos de campanha, quanto pelo uso do *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (Guadalupe, 2020). Em conformidade,

Desde seu batismo no rio Jordão, em maio de 2016, pelo pastor Everaldo (considerado por muitos como o primeiro ato da campanha eleitoral) até a cerimônia de posse na presidência, sua estratégia política foi repleta de símbolos e mensagens religiosas, especialmente, de natureza evangélica e próxima de pastores evangélicos mais do que de ministros católicos (Guadalupe, 2020, p. 102).

Dessa forma, durante a campanha, os movimentos políticos de Jair foram articulados de maneira a aproximá-lo dos evangélicos e garantir seu apoio nas urnas eleitorais, enquanto, após sua ascensão à presidência, suas atitudes permaneceram orientadas à preservação e sustentação da aprovação popular ao governo. Neste sentido, observa-se que os discursos iniciais da campanha presidencial de Jair Bolsonaro também permeavam uma perspectiva dominionista, como elucidado de forma emblemática no momento em que, ainda sob exercício do cargo de deputado federal em 2017, Bolsonaro participou de um comício em Campina Grande. Na ocasião, dirigindo-se a um grupo de apoiadores, declarou enfaticamente: “Como somos um país cristão. Deus acima de tudo. Não tem essa história, essa historinha de Estado laico, não. É Estado cristão. E quem for contra que se mude”. A partir desse momento, tornou-se recorrente, tanto durante o período eleitoral quanto ao longo de seu mandato, que Bolsonaro se apresentasse como o defensor dos valores cristãos e da moralidade tradicional.

Esse posicionamento buscava firmá-lo como o "homem de bem", escolhido por Deus para conduzir a nação em uma cruzada contra as forças do mal, frequentemente associadas, no imaginário neopentecostal, ao comunismo (Campos, 2020).

No decorrer das movimentações políticas que antecederam as eleições, o posicionamento de Jair Bolsonaro fundamentava-se em três pilares principais: segurança pública, liberalismo econômico e combate à corrupção. No entanto, dois outros temas tornaram-se centrais para a captação do eleitorado evangélico: o antipetismo e a defesa de uma agenda moral conservadora. Em suas declarações, Jair, frequentemente denominado por seus apoiadores como "o mito" ou "o messias brasileiro", enfatizava a necessidade de preservar valores tradicionais e defender um "Estado cristão", ao mesmo tempo que apresentava o antipetismo como um elemento essencial para a "cura dos males" do Brasil. Dessa forma, por meio de uma retórica autoritária e conservadora, conseguiu não apenas mobilizar o segmento evangélico, mas também consolidar sua base eleitoral original, composta majoritariamente por homens brancos de renda elevada e alto nível de escolaridade.

Ademais, o então candidato conseguiu construir uma identidade híbrida no que tange à sua afiliação religiosa, apresentando-se como evangélico sem, contudo, renunciar ao catolicismo, reunindo assim as vantagens eleitorais associadas à identidade evangélica, ao mesmo tempo em que evitava possíveis desvantagens (Freston, 2020). Para tanto, evocava episódios de sua vida particular, como seu batismo realizado em 2016 no rio Jordão pelo pastor Everaldo Pereira, líder da Assembleia de Deus. Esse gesto estratégico, somado a outros, contribuiu para alicerçar sua imagem como "o mais cristão dos candidatos" perante as igrejas pentecostais (Guadalupe, 2020). Além disso, ao longo de toda a disputa presidencial, lideranças evangélicas exaltaram os valores cristãos atribuídos a Bolsonaro, sua persistência na defesa da família e da vida, bem como sua combatividade contra a esquerda e as políticas petistas. Paralelamente, fomentaram a fobia moral e sexual e inflamaram o temor de um regime comunista, reforçando a adesão do eleitorado evangélico à candidatura do "mito" (Mariano; Girardi, 2020).

Durante o período eleitoral, Jair Bolsonaro soube mobilizar o cristianismo cultural como ferramenta política em seus atos, seja por meio do recurso ao sionismo cristão — exemplificado por seu batismo no rio Jordão —, da proposta de transferência da embaixada do Brasil em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, tal como Donald Trump propôs em 2017, (Borda, 2020) ou, ainda, por discursos fortemente influenciados pelo pensamento dominionista. Além disso, sua campanha foi impulsionada por um evento inesperado que teve um impacto significativo em sua trajetória eleitoral: um mês antes do primeiro turno, durante

um ato de campanha, Bolsonaro sofreu um atentado à faca, sendo rapidamente levado ao hospital, onde passou por uma cirurgia de emergência. Após sua recuperação e alta médica, tanto Jair quanto seus apoiadores passaram a interpretar o episódio como um sinal divino, que reforçaria a narrativa de que ele seria o escolhido por Deus para governar o país. O atentado foi associado a uma espécie de "renascimento", analogia que estabelecia um paralelo entre sua trajetória e a de Cristo. Nesse contexto, diversos materiais audiovisuais de caráter político-religioso foram produzidos e amplamente difundidos, exaltando a suposta missão e propósito divino do “messias brasileiro”, com o objetivo de sensibilizar e mobilizar o eleitorado (Almeida, 2020). Dessa maneira, a tentativa de assassinato acabou por fortalecer significativamente sua candidatura, fortalecendo a imagem de Jair como um mártir, um servo de Deus perseguido que retornara para cumprir uma missão de salvação do povo (Py, 2020). Ao final do primeiro turno, ficou evidente que o apoio das lideranças evangélicas, aliado à comoção popular provocada pelo atentado, desempenhou um papel determinante na condução do então candidato ao segundo turno, sob a simbologia messiânica que o acompanhou ao longo da disputa.

Nos dias que antecederam a segunda rodada de votação, os discursos dos candidatos passaram a concentrar-se, principalmente, em questões relacionadas à moralidade familiar, sexual e política (Almeida, 2020). No caso de Jair Bolsonaro, que incorporou as pautas voltadas aos costumes, sua retórica manteve-se contrária à maioria dos temas relacionados à sexualidade, ao aborto e à chamada “ideologia de gênero” (Almeida, 2020), o que reforçou a convergência de interesses entre sua candidatura e a política evangélica. Naquele momento, em 17 de outubro de 2018, como parte de uma estratégia política voltada à consolidação do apoio religioso cristão, Bolsonaro firmou um compromisso com o Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Orani Tempesta (Sbardelotto, 2018). Esse gesto representou uma última tentativa de reafirmar a convergência entre suas raízes conservadoras e cristãs em prol de um propósito comum – a salvação da nação brasileira – ao mesmo tempo que evidenciava a ambiguidade em relação à sua identidade religiosa. Sob a justificativa da defesa da vida e da família, o então candidato reafirmou seu posicionamento contrário à educação sexual nas escolas, combate ao uso de métodos contraceptivos e defesa da concepção tradicional de família. Consequentemente, ao fim do segundo turno, sua vitória já era amplamente esperada, sendo impulsionada, sobretudo, pelo voto evangélico. Conforme destaca Almeida (2020, p. 234), o apoio dos cristãos a Bolsonaro foi “mobilizado em torno de identidades, interesses, atores e pautas em congregações de fiéis-eleitores”. Além disso, o receio de uma ascensão comunista,

somado à ausência de um candidato evangélico de esquerda, contribuiu significativamente para que grande parte desse segmento optasse por Bolsonaro nas urnas.

Com o anúncio da vitória, o então presidente eleito realizou seu primeiro discurso logo após uma oração proferida pelo pastor Magno Malta, que, de maneira emocionada e aclamada, expressou gratidão pela conquista (Almeida, 2020). Em sua declaração, Bolsonaro iniciou citando a passagem bíblica de João 8:32 — “Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” —, para, em seguida, reafirmar seu compromisso com a defesa da liberdade (G1, 2018). No entanto, a concepção de liberdade mencionada em sua exposição revelou-se restrita e direcionada a um grupo específico da população. Embora tenha declarado seu compromisso com a liberdade em todas as esferas sociais, suas falas - e mais tarde suas atitudes - indicavam que a verdadeira liberdade seria concedida apenas àqueles que se identificassem como cristãos. Nesse contexto, os indivíduos que divergiam das opiniões desse círculo religioso seriam, posteriormente, retratados como opositores e, em alguns casos, como inimigos de Deus. Assim, observa-se que o discurso foi cuidadosamente elaborado e majoritariamente direcionado ao público (neo)pentecostal, reforçando a estratégia de vinculação da sua imagem à identidade cristã e ao conservadorismo moral defendido por esse segmento.

A partir daí, durante os quatro anos de seu mandato, Jair Bolsonaro manteve um alinhamento constante com a Teologia do Domínio, estratégia fundamental para garantir a continuidade do apoio evangélico. Nos primeiros momentos de sua gestão, o então presidente nomeou figuras evangélicas de destaque para cargos políticos estratégicos, entre elas a pastora Damares Alves, que assumiu o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Além disso, ao ser questionado sobre suas futuras indicações ao Supremo Tribunal Federal, Bolsonaro declarou: “O Estado é laico, mas somos cristãos e, entre as duas vagas que terei direito a indicar para o Supremo Tribunal Federal, um será terrivelmente evangélico” (Calgareo; Mazui, 2019). Ao manter uma relação próxima com lideranças religiosas, tanto Jair Bolsonaro quanto sua esposa, Michelle Bolsonaro, promoveram encontros e cultos em instalações públicas, como o Palácio do Planalto. Paralelamente, o governo incentivou ativamente candidaturas evangélicas, reforçando a relevância da evangelização da esfera política e fortalecendo a presença desse segmento no cenário institucional brasileiro.

Além disso, o então presidente, em diversas ocasiões, autodenominou-se um líder cristão, enviado por Deus para proteger a população contra inimigos internos e externos ao país. Semelhante, em suas aparições públicas, Michelle Bolsonaro adotou uma retórica coerente à do marido, recorrendo a discursos religiosos para defendê-lo. Exemplo marcante de seus “sermões” ocorreu em julho de 2022, durante o lançamento da chapa Bolsonaro-Braga

Netto, ocasião em que Michelle se referiu ao então presidente como “o escolhido de Deus” e o descreveu como “um homem de coração puro e limpo”. Ainda em sua fala de cunho dominionista, utilizou passagens bíblicas para legitimar o mandato de Bolsonaro, citando Provérbios 29:2: “(...) quando o justo governa uma nação, o povo se alegra, mas quando o injusto governa, o povo geme”, traçando, assim, um contraste entre seu marido e seus adversários políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT). Ao concluir seu discurso, Michelle reforçou a ideia de que a reeleição de Jair Bolsonaro possuía um “propósito de libertação”, encerrando sua exposição com uma referência à Teologia da Guerra Espiritual, ao afirmar que “essa luta não é contra homens e mulheres, mas contra potestades e principados”.

4. Apóstola Michelle Bolsonaro, a escolhida de Deus

Com a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência, diversas figuras evangélicas passaram a ocupar posições de destaque no cenário político, dentre as quais se evidenciou sua esposa, Michelle Bolsonaro. A ex-primeira-dama desempenhou um papel estratégico na consolidação do vínculo entre o governo e a comunidade evangélica, sendo frequentemente utilizada como um elo direto com esse segmento. Inicialmente, Michelle adotou uma postura discreta, limitando-se a intervenções pontuais em eventos públicos (Mori, 2022). No entanto, segundo a autora, a partir de 2022, a ex-primeira-dama assumiu um papel mais ativo, tornando-se uma figura central na campanha de reeleição de Bolsonaro. Desde então, Michelle Bolsonaro chamou a atenção do público por sua desenvoltura ao proferir discursos marcados por forte apelo religioso e messiânico, nos quais enfatizava valores cristãos e conservadores. Além disso, sua presença tornou-se recorrente em eventos de cunho religioso, incluindo cerimônias oficiais, cultos e encontros com líderes cristãos.

Descrita por adjetivos como “tímida” e “discreta” e amplamente reconhecida no meio evangélico como a “rainha Ester” do Brasil — em referência à rainha da Pérsia que, segundo a tradição bíblica, salvou seu povo do extermínio —, Michelle consolidou sua relevância política ao atuar ativamente na campanha de reeleição de seu marido, especialmente na busca pelo voto feminino. Como primeira-dama, seu posicionamento esteve constantemente associado à imagem de uma mulher cuidadora, em razão de sua atuação em pautas voltadas às pessoas com deficiência e à infância (Testa, 2022 *apud* Mori, 2022). Sendo assim, a princípio, seus discursos tinham como principal objetivo apoiar e justificar as ações do marido. Contudo, com o passar do tempo, suas exposições, que incorporam elementos de pregação religiosa, ampliaram sua popularidade, fortalecendo seu vínculo com o público neopentecostal, em especial as mulheres. Dessa forma, ao adotar uma abordagem discursiva

fundamentada na fé e nos valores cristãos, Michelle expandiu sua visibilidade e aos poucos se consolidou como uma figura política influente no cenário religioso.

Atualmente, em razão de sua atuação como presidente do PL Mulher, as declarações públicas de Michelle Bolsonaro têm sido direcionadas, sobretudo, ao público feminino, incentivando, segundo a mesma, a participação de "mulheres de bem", "mulheres ajudadoras" e "mulheres de fé" no cenário político. Para encorajar candidaturas femininas, a ex-primeira-dama tem recorrido frequentemente a passagens bíblicas e referências a eventos religiosos. Um exemplo emblemático ocorreu durante um evento promovido pelo PL Mulher no Rio de Janeiro, em novembro de 2023, quando afirmou: "(...) mas também as pedradas chegaram com força. Eu não tenho medo delas porque eu entendo que só atiram pedras em árvores que dão fruto" (Michelle [...], 2023, 6min7s.). A declaração compara as críticas recebidas da oposição aos apedrejamentos mencionados em narrativas bíblicas, reforçando a ideia de que os ataques direcionados a ela e a seu grupo político resultam de sua suposta virtude e produtividade.

Ainda nesse discurso, Michelle justificou a necessidade de uma maior inserção de mulheres evangélicas na política ao fazer múltiplas referências à Teologia do Domínio, argumentando que há uma luta constante contra "as pessoas do mal" e que se faz necessário "proteger os lares contra o mal". Essa mesma lógica está presente na maior parte de suas falas, como, por exemplo, em seu discurso num evento do PL Mulher na Bahia, em março de 2024, ocasião em que defendeu o engajamento feminino na política ao afirmar que esta constitui uma ferramenta de transformação (Encontro [...], 2024, 1h10min10s.). Ademais, nesse mesmo pronunciamento, Michelle ressaltou que a ausência de posicionamento das mulheres abriria espaço para o avanço do mal, que, segundo ela, "vai querer saquear os nossos filhos" por meio da erotização e da ideologia de gênero (Encontro [...], 2024, 1h10min39s.).

Dessa forma, observa-se a forte influência da perspectiva dominionista nos apelos presentes nas exposições da presidente do PL Mulher, evidenciada pela recorrente menção a um mal pleno, capaz de afetar todos os aspectos da vida e cuja erradicação dependeria exclusivamente da atuação das chamadas "pessoas de bem", preferencialmente cristãs. A partir dessa perspectiva, ao pressupor a existência de um mal absoluto e de um ser indigno, a esfera política acaba por perder sua capacidade de negociação, uma vez que o processo negociador exige concessões mútuas, as quais só são viáveis quando há o reconhecimento da dignidade do outro (Rocha, 2024). De acordo com o autor, ao introduzir essa concepção do mal no contexto político, Michelle Bolsonaro sugere uma visão distópica de caráter

teonomista, isto é, uma concepção de sociedade em que todas as esferas da vida pública e privada estariam subordinadas aos princípios da religião evangélica.

Ainda dentro dessa perspectiva de defesa da visão neopentecostal e baseando-se na Teologia do Domínio, a ex-primeira-dama sustenta em seus discursos que tanto ela quanto seu marido e o eleitorado cristão têm um chamado divino. Em sua exposição no Rio de Janeiro, em novembro de 2023, declarou: "Porque Deus nos escolheu, sim. Somos mulheres cristãs, somos mulheres que temos valores e princípios e precisamos colocar isso em prática" (Michelle [...], 2023, 10min4s.). No ano seguinte, em sua fala na Bahia, reiterou essa afirmação ao dizer: "Eu sei o meu chamado. Meu marido e eu sabemos a nossa missão" (Encontro [...], 2024, 1h13min30s.). Dessa forma, suas declarações evidenciam que, para além dos requisitos formais exigidos para a ocupação de cargos políticos, a ex-primeira-dama considera mais duas características essenciais para o exercício de um bom governo: ser cristão e ser escolhido por Deus. Assim, os discursos de Michelle não apenas reforçam a dicotomia entre o bem e o mal, mas também fortalecem a noção de que a participação política de cristãos é indispensável e urgente para promover a restauração moral e espiritual da nação.

Outro aspecto notável nas manifestações públicas de Michelle Bolsonaro é a recorrente utilização do conceito de "crentefobia", termo cunhado para descrever o suposto preconceito contra os evangélicos. De acordo com Casarões (2020), essa noção também é mobilizada como justificativa para a ascensão de representantes religiosos ao poder, sob o argumento de que somente por meio do resgate das raízes cristãs do Brasil seria possível combater essa discriminação. A partir dessa perspectiva, observa-se que tal narrativa tem sido amplamente empregada nos discursos da ex-primeira-dama, especialmente como forma de responder às críticas direcionadas às suas declarações de caráter messiânico. De maneira recorrente, a presidente do PL Mulher menciona a existência de intolerância e injúrias contra si, atribuindo tais ataques, sobretudo, à oposição e à mídia. Um exemplo ilustrativo dessa retórica ocorreu em seu discurso na Bahia, em 2024, quando, ao comentar sobre a cobertura jornalística envolvendo seu nome, afirmou:

(...) um veículo de comunicação anunciou 'Michelle Bolsonaro faz pacto com Deus para estar no poder'. Ainda bem, que o pacto foi com Deus né. Mas, pra você ver como a grande maioria dos veículos de comunicação, eles gostam de assassinar a sua reputação, eles gostam de manchar a sua imagem. Eu passei os 4 anos assim, sendo apedrejadas por eles, mas orei (Encontro [...], 2024, 1h25min17s.).

A partir dessa construção discursiva, Michelle Bolsonaro reforça a ideia de que a perseguição que afirma sofrer seria consequência direta de sua defesa dos princípios

conservadores e valores como bondade e verdade divina no âmbito governamental. Suas declarações sobre ser difamada e ser alvo de violência política são frequentemente acompanhadas por discursos que ressaltam as dificuldades enfrentadas para inserir o "bem" na política e combater as forças do "mal", que, segundo sua visão, ameaçam a nação.

No mesmo discurso, evidenciando suas raízes pentecostais, a ex-primeira-dama conclamou o público a se posicionar firmemente contra temas como ideologia de gênero, legalização do aborto e descriminalização das drogas. Em sua retórica, afirmou que era necessário “macetar tudo aquilo que o inimigo e essa extrema-esquerda maldita” (Encontro [...], 2024, 1h06min41s.) pretendem impor à sociedade brasileira. Além disso, reiterou que todos os presentes — por ela descritos como indivíduos cristãos, de bem e de fé — deveriam se mobilizar em defesa da população, que, de acordo com suas palavras, atravessa um “momento espiritual muito forte” (Encontro [...], 2024, 1h09min48s.) e, por essa razão, necessita da intercessão daqueles que receberam uma missão divina.

Ao reiterar constantemente a luta contra o mal e o chamado divino do povo cristão para a política, Michelle Bolsonaro contribui significativamente para a formação e fortalecimento da identidade coletiva brasileira, moldando-a como evangélica. Nesse contexto, tais identidades têm o poder de transformar a estrutura social, influenciando diretamente as prioridades e os interesses políticos do grupo como um todo. Assim, os discursos político-religiosos proferidos por Michelle são empregados de forma estratégica, em parte, para construir e perpetuar a identidade evangélica no Brasil, assegurando, dessa maneira, um apoio decisivo e singular do eleitorado evangélico.

Da mesma maneira, ao dirigir-se ao público feminino, Michelle recorre a temas capazes de promover identificação e união entre as mulheres, como questões de natureza emocional, a exemplo da maternidade e do cuidado com crianças com necessidades especiais, assuntos que são recorrentemente abordados em seus discursos. Simultaneamente, adota uma postura firmemente contrária ao feminismo, como se observa em declarações como: “eu creio no poder feminino, não feminista” (Michelle [...], 2023, 35min16s.). Ademais, ao expor e reafirmar sua identidade como mulher cristã e conservadora, a ex-primeira-dama constroi, entre suas seguidoras, uma nova identidade feminina: a da mulher cristã e “de bem”. Essa identidade, em oposição aos signos do feminismo progressista, fundamenta-se em preceitos bíblicos e valores conservadores, utilizados para legitimar uma ordem social e política hierarquizada sob moldes patriarcais. Não obstante sua oposição ao feminismo, ela, ainda que de forma não intencional, acaba por incorporar ao seu discurso traços característicos do feminismo liberal — mais especificamente, a defesa do direito das mulheres a oportunidades

de trabalho. Apesar disso, sua defesa da inserção feminina no mercado de trabalho e no ambiente político é condicionada à lógica do cuidado, ou seja, à ideia de que a atuação da mulher deve manter-se vinculada ao zelo pelos seus, sobretudo no contexto familiar.

Sob a afirmação de que sua política é “feminina e não feminista”, Michelle Bolsonaro frequentemente reforça os papéis tradicionais de gênero, exaltando a ideia de que cabe ao homem ocupar os espaços de liderança, enquanto às mulheres seriam destinadas funções sociais e assistenciais. Nesse contexto, a própria ex-primeira-dama utiliza-se como exemplo ao mencionar sua atuação em projetos voltados para crianças com doenças raras, seu apoio à comunidade surda, bem como sua dedicação à família. Ainda sob essa perspectiva de divisão de funções — na qual o homem assume a posição de provedor e líder, e a mulher desempenha funções de cuidadora e apoio — e baseando-se nos preceitos cristãos, Michelle expressa apoio à aplicação dessa lógica tanto na estrutura familiar quanto no meio governamental. Em um discurso articulado em outubro de 2024, durante um evento na Bahia, declarou: “Nós amamos vocês, homens. Nós estamos aqui para ser ajudadoras, esse é o nosso papel como esposas. Nós estamos aqui para fazer uma política colaborativa” (Encontro [...], 2024, 58min50s.).

Do mesmo modo, as declarações de Michelle, ao mesmo tempo em que representam uma das diversas expressões da ascensão do pensamento conservador patriarcal no Brasil, também funcionam como instrumento de persuasão coletiva direcionado para o público feminino. Observa-se, nesse sentido, um esforço discursivo voltado à legitimação do governo de Bolsonaro como um “governo para as mulheres”, ainda que, na prática, as agendas promovidas durante sua gestão tenham se mostrado desfavoráveis à diversidade de gênero e às questões relacionadas à sexualidade. Outra ambiguidade presente em suas falas refere-se à defesa de um governo preocupado com as mulheres. Em uma declaração pública realizada em 2023, Michelle manifestou-se de maneira contrária às cotas de gênero na política, afirmando desejar a presença feminina na esfera governamental “por seu potencial” (Marzullo, 2023). Contudo, diante da repercussão negativa, a ex-primeira-dama recuou de sua posição posteriormente.

Ainda assim, mesmo adotando discursos alinhados ao conservadorismo patriarcal, não causa surpresa o fato de que a presidente do PL Mulher seja capaz de mobilizar uma parcela significativa do público feminino. Isso ocorre, em grande medida, pela identificação promovida entre aquelas que compartilham dos valores conservadores e compreendem a estrutura familiar tradicional como elemento fundamental da sociedade. Tal cenário é coerente com o contexto brasileiro, que historicamente apresenta tendências conservadoras, especialmente no que se refere a temas sociais e políticos. Nesse sentido, ao afirmar que sua

política é “feminina”, Michelle posiciona-se de forma contrária ao feminismo, o qual frequentemente qualifica como um movimento de caráter radical. Com isso, assume publicamente o papel de representante de um campo ideológico — o conservadorismo — e de uma vertente teológica — o protestantismo —, com o objetivo de atrair o apoio de mulheres que não se sentem representadas pelo movimento feminista como um todo. Tal posicionamento é ilustrado em declarações como: “nós não precisamos rasgar as nossas roupas e nem gritar para ocupar espaços” (Michelle [...], 2023, 35min21s.).

A soma de todos esses elementos, aliada a uma comunicação carismática, confere à ex-primeira-dama a capacidade de estabelecer conexões emocionais com o público feminino. Esses vínculos ocorrem tanto quando ela se posiciona como oposição ao feminismo quanto ao adotar uma postura que remete à figura materna e cuidadora. Suas apresentações públicas e exposições reforçam a imagem de representante dos interesses das mulheres conservadoras, utilizando-se da retórica religiosa como fundamento de suas argumentações. Tal estratégia discursiva permite-lhe gerar identificação com os preceitos bíblicos entre suas seguidoras, contribuindo, assim, para a legitimação e perpetuação do pensamento patriarcal.

Ao longo de sua turnê política pelo Brasil até o momento, Michelle Bolsonaro percorreu as principais cidades do país, direcionando seu discurso especialmente ao público feminino. Em suas exposições nos eventos do PL Mulher, observa-se a recorrência de uma abordagem discursiva pautada em elementos religiosos, messiânicos e altamente emotivos. A análise de suas apresentações revela um padrão discursivo consistente, no qual a presidente do PL Mulher utiliza uma base textual fixa, repetindo as mesmas frases de impacto, com apenas pequenas e sutis adaptações conforme a localidade. Expressões como: “a política é uma ferramenta de transformação”; “o povo brasileiro sabe diferenciar, sim, um governo ímpio de um governo justo”; “o presidente Bolsonaro provou que, se fechar a torneira da corrupção, sobra dinheiro”; “só atiram pedras em árvores que dão frutos”; “minha política é feminina e não feminista”, entre outras, são recorrentes em seus discursos e frequentemente proferidas na mesma sequência. Esse formato discursivo, quase ensaiado, demonstra como Michelle e sua equipe mantêm o público em estado de euforia e entusiasmo ao longo de suas intervenções, reforçando a conexão emocional da presidente do PL Mulher com sua base de apoiadoras.

Para mais, percebe-se que, ao reiterar essas ideias em discursos cuidadosamente ensaiados, Michelle Bolsonaro contribui para a consolidação de uma política hierárquica e estereotipada. Tal política, muitas vezes, é dissimulada por meio da defesa de dogmas cristãos, utilizados de forma estratégica para gerar consenso, aceitação e reprodução entre o público ouvinte. Assim, seus discursos fundamentam-se e defendem, um conservadorismo

patriarcal e normas tradicionais de gênero, que comprometem e limitam a participação feminina em espaços de decisão e liderança.

5. Conclusão

Atualmente, a adoção de discursos fortemente religiosos, com características que se assemelham a pregações, bem como a defesa de pautas conservadoras, têm contribuído significativamente para a consolidação e, em alguns casos, para a eleição de candidatos em diversos níveis políticos. No Brasil, a crescente adesão da população à concepção neopentecostal do retorno de Cristo e à necessidade de evangelização do meio social e político reflete um mecanismo de enfrentamento às insatisfações presentes nos mais diversos âmbitos da sociedade, sobretudo no contexto governamental. É nesse cenário que os políticos evangélicos têm conquistado parte do eleitorado, apresentando-se como agentes de uma resposta divina às adversidades enfrentadas pelo país.

Nos discursos políticos evangélicos, como os proferidos por Michelle Bolsonaro e analisados na seção anterior, observa-se a recorrente incorporação da pauta dominionista como um instrumento explicativo da conjuntura nacional. Esse discurso é utilizado tanto para justificar a atual situação do Brasil, caracterizada por instabilidade econômica, alta inflação e descontentamento com o governo, quanto para afirmar que os evangélicos detêm as características necessárias para promover a transformação da nação. No contexto dominionista, o desequilíbrio governamental seria resultado da presença do "mal puro", representado pelo atual governo. Assim, segundo essa lógica, a consequência inevitável da administração de um governo não cristão seria a degradação de tudo aquilo que é considerado bom e justo.

Além disso, o ato de evangelizar é frequentemente apresentado por esses políticos como uma solução quase milagrosa para os problemas nacionais, sugerindo que a simples ação de oração seria suficiente para resolver as mazelas do país. Nesse sentido, quando Michelle utiliza seus discursos para exaltar as realizações de seu marido durante o período em que esteve na presidência e lamenta a interrupção de projetos iniciados, busca, na verdade, reforçar a ideia de que o atual governo, por não ser cristão, recusa-se a dar continuidade a iniciativas consideradas divinas. Dessa forma, seu discurso assume características de uma pregação, na qual argumenta que a corrupção do meio político se deve à presença do mal e que, por isso, os evangélicos – incluindo ela, os pastores aliados e a população cristã de modo geral – devem ascender ao poder para restaurar a nação.

Outro aspecto relevante a ser destacado é o uso de elementos emocionais como estratégia para cativar o público feminino. Ao se apresentar como uma “simples dona de casa cristã, preocupada com a família”, a ex-primeira-dama cria uma identificação imediata com grande parte da população de mulheres do Brasil. A partir dessa conexão inicial, a visão neopentecostal é gradualmente incorporada ao discurso, intercalada com passagens bíblicas e referências políticas de modo a reforçar sua argumentação e manipular o público. Além disso, evidencia-se que os discursos de Michelle Bolsonaro, ao serem reiterados de maneira sistemática e estratégica, não apenas reforçam estruturas tradicionais de gênero, como também operam como mecanismos de convencimento que legitimam uma política conservadora e patriarcal. Sustentada por uma retórica religiosa que apela ao emocional e promove identificação com valores cristãos, sua comunicação atua como ferramenta eficaz na construção de um ideal feminino subordinado, que limita a atuação das mulheres na esfera pública e contribui para a manutenção de uma ordem social hierarquizada e excludente.

Verifica-se também que as exposições políticas religiosas – e, em especial, aqueles ditas por Michelle – tornaram-se tão influentes que até mesmo candidatos e políticos que historicamente não faziam menção à religiosidade passaram a incorporar referências a Deus em suas declarações. Um exemplo notório desse fenômeno é o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, diante da grande influência do eleitorado cristão, passou a utilizar elementos religiosos em seus discursos. Esse impacto se deve, em grande parte, à expressiva representatividade cristã no Brasil, uma vez que, segundo o IBGE, aproximadamente 80% da população nacional se identifica como cristã. Diante desse cenário, observa-se que a declaração pública de fé por parte de figuras políticas gera reconhecimento e proximidade com um amplo setor do eleitorado, o que leva determinados agentes políticos a se associarem ao movimento evangélico com o objetivo de consolidar ou expandir sua base de apoio e, consequentemente, assegurar sua permanência no poder (CUNHA, 2020).

Ademais, à luz da teoria construtivista, a disseminação desses discursos religiosos desempenha um papel fundamental na construção e transformação das identidades brasileiras, uma vez que os ouvintes internalizam os valores cristãos transmitidos por autoridades, sejam elas políticas ou religiosas. Dessa forma, ao afirmar a necessidade da presença cristã na esfera política, figuras como Michelle Bolsonaro e outros agentes contribuem para a introdução e consolidação de normas sociais que direcionam o comportamento do eleitorado. Nesse processo, os discursos político-religiosos têm a capacidade de modificar as estruturas sociais, gerando políticas públicas que refletem os valores promovidos por tais manifestações.

Da mesma forma, ao analisarmos a atual transformação da identidade nacional brasileira, caracterizada predominantemente pelo conservadorismo e nacionalismo exacerbado, observamos que a extrema-direita tem se beneficiado dessa nova conjuntura. É notável a congruência de interesses entre os políticos evangélicos e o espectro político da extrema-direita, que têm se alinhado em suas propostas e visões. No contexto brasileiro, a ascensão da extrema-direita está intimamente ligada ao crescente impacto dos discursos religiosos na arena política. Nesse sentido, figuras políticas como Michelle Bolsonaro utilizam retóricas bíblicas para reforçar os valores conservadores cristãos, moldando a identidade nacional e influenciando a formulação de políticas públicas. A interação entre identidade nacional, discursos religiosos e políticas públicas, portanto, reflete a perspectiva construtivista de Wendt, que enfatiza a importância das construções sociais na formação das políticas internas e das relações internacionais de um país.

6. Referências bibliográficas

ALENCAR, Gedeon Freire. **Pentecostanismos no Brasil**. Religião e Poder, 2022. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/pentecostanismos-no-brasil/>. Acesso em: 11 dez. 2025.

ALMEIDA, Ronaldo de. **Players evangélicos na crise brasileira (2013 - 2018)**. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). *Novo Ativismo político no Brasil: os evangélicos no século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer, 2020. p. 217-235.

BELTRÁN, William Mauricio. **Del monopolio católico a la explosión pentecostal. Pluralización religiosa, secularización y cambio social**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2013.

BOAS, Taylor C. **A representação eleitoral dos evangélicos na América Latina**. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). *Novo Ativismo político no Brasil: os evangélicos no século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer, 2020. p. 113-130.

BOLSONARISMO é uma distopia teocrática? - com João Cezar de Castro Rocha. Entrevistado: João Cezar de Castro Rocha. Entrevistadoras: Andrea DiP e Clarissa Levy. [S. l.]: Agência Pública, 1 mar. 2024. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7JBYdLB6glJWez6ZwT4MmK?si=BgUMPJXjSR2GdOHQjXk91w>. Acesso em: 28 fev. 2025.

BORDA, Guillermo Flores. **A construção de uma “Nação Cristã” na América Latina**. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). *Novo Ativismo político no Brasil: os evangélicos no século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer, 2020. p. 131-151.

CALGARO, Fernanda; MAZUI, Guilherme. **Bolsonaro diz que vai indicar ministro 'terrivelmente evangélico' para o STF**. G1 Globo, 10 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>. Acesso em: 23 fev. 2025.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Bolsonaro - mito político ou líder carismático?**. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). Novo Ativismo político no Brasil: os evangélicos no século XXI. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer, 2020. p. 351-368.

CANIATO, Bruno; SILVA, José; DALL'AGNOL, Laísa. **Igrejas evangélicas multiplicam templos e expandem influência política**. VEJA, [s. l.], 21 jul. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/igrejas-evangelicas-multiplicam-templos-e-expandem-influencia-politica>. Acesso em: 11 dez. 2024.

CANIATO, Bruno. **Três fatores que explicam o fenômeno do “boom” evangélico no Brasil**. VEJA, [s. l.], 23 jul. 2023. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/tres-fatores-que-explicam-o-fenomeno-do-boom-e-vangelico-no-brasil#google_vignette. Acesso em: 11 dez. 2024.

CASARÕES, Guilherme. **Religião e Poder: a ascensão de um projeto de “nação evangélica” no Brasil?**. Interesse Nacional, São Paulo, v. 49, n. 13, p. 9-16, abr. 2020. Disponível em: <https://interessenacional.com.br/wp-content/uploads/2021/12/IN-49-1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CENSO 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. Agência de Notícias, [s. l.], 26 jun. 2012. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem-religiao>. Acesso em: 11 dez. 2024.

COSTANZO, Daniela. **O que é o Centrão na política brasileira?**. Nexo: Políticas Públicas. [S. l.], 23 ago. 2024. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2024/08/28/o-que-e-o-centrao-na-politica-brasileira>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul:** Tendências e desafios para a ação. Salvador [Bahia]: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2020. E-book (62 p.). ISBN 978-65-992298-1-7. Disponível em: <https://fld.com.br/wp-content/uploads/2020/11/FundamentalismosPT.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2024.

DA CUNHA, Christina Vital. **O pânico sobre a Teologia do Domínio e a cegueira sobre a ganância laica**. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/637556-o-panico-sobre-a-teologia-do-dominio-e-a-cegueira-sobre-a-ganancia-laica>. Acesso em: 20 dez. 2025.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?:** a bancada evangélica e seu projeto de poder. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DIP, Andrea. **Os pastores do Congresso**. Agência Pública. [S. l.], p. 1-1. 19 out. 2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/10/os-pastores-do-congresso/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

ENCONTRO do PL Mulher na Bahia. Vídeo: 2h 21min 26s. Publicado pelo canal Partido Liberal. 9 mar. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/live/bcgWP_cIrRM. Acesso em: 27 fev. 2025.

EQUIPE RELIGIÃO E PODER (Brasil). **Frentes parlamentares e bancadas de identidade religiosa no Congresso Nacional: qual a diferença?**. Religião e Poder, [s. l.]. 04 jul. 2024. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/analise/frentes-e-bancadas/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

FOLHA DE S.PAULO. **Evangélicos têm força crescente de submeter políticos a seus interesses, diz professor referência no tema.** Folha de S.Paulo, São Paulo, 10 jan. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/evangelicos-tem-forca-crescente-de-submeter-politicos-a-seus-interesses-diz-professor-referencia-no-tema.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2025

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. **Requerimento para registro da Frente Parlamentar Evangélica.** Requerimento n. 1.051/2019. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54010-integra.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

FRESTON, Paul. **“Governo precisa de 'bilíngues' para falar com evangélicos, diz sociólogo da religião”**. Entrevista concedida a César Feitoza e Marinna Holanda. Instituto Humanitas Unisinos - IHU, 13 jul. 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/641197-governo-precisa-de-bilingues-para-falar-com-e-vangelicos-diz-sociologo-da-religiao#>. Acesso em: 07 fev. 2025.

FRESTON, Paul. **Bolsonaro, o populismo, os evangélicos e a América Latina.** In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). Novo Ativismo político no Brasil: os evangélicos no século XXI. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer, 2020. p 371-389.

GUADALUPE, José Luis Pérez; **Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana.** In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda. (Org.) **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI.** Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Crescimento dos estabelecimentos religiosos no país é liderado por igrejas pentecostais e neopentecostais.** 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14594-crescimento-do-s-estabelecimentos-religiosos-no-pais-e-liderado-por-igrejas-pentecostais-e-neopentecostais>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ÍNTegra: discurso de Jair Bolsonaro após vitória eleitoral. G1 Globo, [s. l.], 28 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/integra-discurso-de-jair-bolsonaro-apos-vitoria-eleitoral.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2025.

IPSOS. *Global Religion 2023: Religious Beliefs Across the World*. 2023. Disponível em: <https://www.ipsos.com/en/two-global-religious-divides-geographic-and-generational>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **“Os parlamentares religiosos tendem a ser mais conservadores do que a população evangélica”**. [Entrevista concedida a] Talita Bedinelli. El País, São Paulo, 04 dez. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/politica/1512221378_127760.html. Acesso em: 11 dez. 2024.

MAR ASSET MANAGEMENT. **Vai na fé! O impacto eleitoral do crescimento dos evangélicos**. 2025. Disponível em: <https://www.marasset.com.br/site/wp-content/uploads/2025/01/ae2ec850efc5a135f02cdb4b92491842-1739221245.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. **Apoio evangélico a Bolsonaro: antipetismo e sacralização da direita**. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). *Novo Ativismo político no Brasil: os evangélicos no século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer, 2020. p. 329-349.

MARIANO, Ricardo. **As eleições e a cruzada moral de católicos e evangélicos** – Entrevista especial. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos. Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 28 set. 2010. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/37713-as-eleicoes-e-a-cruzada-moral-de-catolicos-e-evangelicos-entrevista-especial-com-ricardo-mariano>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MARZULLO, Luísa. **Michelle Bolsonaro defende fim da cota de gênero em evento do PL Mulher**. O Globo, Rio de Janeiro, 13 maio 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/michelle-bolsonaro-defende-fim-da-cota-de-genero-em-evento-do-pl-mulher.ghtml>. Acesso em: 8 abr. 2025.

MICHELLE Bolsonaro discursa em encontro do PL Mulher no Rio. Vídeo: 39min 13s. Publicado pelo canal Poder360. 25 nov. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M0Oe7Dga4IU>. Acesso em: 27 fev. 2025.

MORI, Letícia. **Michelle Bolsonaro: A trajetória da primeira-dama que promete 'Jesus no governo' em cruzada por Bolsonaro entre evangélicas**. BBC News Brasil, São Paulo, 30 ago. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62668831>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ORO, Ari Pedro; TADVALD, Marcelo. **Consideraciones sobre el campo evangélico brasileño**. Nueva Sociedad: El nuevo evangelismo político, [s. l.], v. 280, p. 55-67, abr. 2019. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/consideraciones-sobre-el-campo-evangelico-brasileno/>. Acesso em: 5 dez. 2024.

PEREIRA, Eliseu. **Teologia do Domínio: uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [s. l.], v. 76, n. , p. 147-173, 25 abr. 2023. Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP). <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2023v76p147-173>. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/60331>. Acesso em: 5 dez. 2024.

PY, Fábio. **Cristologia pascoal bolsonarista**. Instituto Humanitas Unisinos, [s. l.], 17 abr. 2020. Disponível em:

<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/598117-cristologia-pascoal-bolsonarista>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SBARDELOTTO, Moisés. **É verdade que o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro assinou um acordo eleitoral com Bolsonaro?**. Instituto Humanitas Unisinos, [s. l.], 19 out. 2018. Disponível em:

<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/583866-e-verdade-que-o-cardeal-arcebispo-do-rio-de-janeiro-assinou-um-acordo-eleitoral-com-bolsonaro>. Acesso em: 15 fev. 2025.

THEOCRACY WATCH (TW). **What happened between 1964 and 1994?**. Disponível em: http://theocracywatch.org/taking_over.htm#Happened. Acesso em: 3 nov. 2024.

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO. **Sociólogo Paul Freston analisa a relação entre igrejas e política na Conferência Brasileira de Comunicação Eclesial**. Metodista, 2024. Disponível em:

<https://www.metodista.org.br/sociologo-paul-freston-analisa-a-relacao-entre-igrejas-e-politica-na-conferencia-brasileira-de-comunicacao-ecclesial>. Acesso em: 12 dez. 2024.

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.